

A TRANSFERÊNCIA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA E A INTRODUÇÃO DO DISCURSO HIGIENISTA NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Amanda Lima dos Santos Carvalho
UFF
amandasc@gmail.com

Considerações Iniciais

A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 introduziu uma nova maneira de pensar a cidade, marcando definitivamente seu futuro. A partir de então, as mudanças que ocorreriam em sua estrutura urbana e social tinham como objetivo a adaptação à função de sede do Império nos trópicos.

A cidade começaria a ser transformada buscando se modernizar, a fim de projetar uma imagem de poder real e noções da relação existente entre ordem, esclarecimento e progresso. Essa transformação deveria envolver a marginalização da estética e das práticas que não conseguiam refletir essa mudança. Era consenso entre as classes dominantes que não ser mais colônia significava adotar um projeto colonial: civilizar-se. Para isso era necessário a criação e imposição de uma uniformidade estética e cultural, além da redefinição de regras adequadas de conduta pública, tanto para as elites como para as classes populares, que refletissem hierarquia, virtude e esplendor real.

Os conceitos de civilização e modernização são aqui tratados através da perspectiva de extinção das características relacionadas ao passado da nossa sociedade, de europeização dos costumes, modos de viver, das práticas culturais e sociais. Essa linha de pensamento se aproxima das ideias apresentadas por Nobert Elias, que assume o processo civilizador como um processo de transformação do comportamento humano. Segundo o autor, o conceito de civilização é amplo, e pode se referir ao nível da tecnologia e do conhecimento científico, ao tipo de maneiras, às ideias religiosas, aos costumes, ao tipo de habitações, à forma de punições; resume o que a sociedade ocidental dos últimos séculos se julga superior a sociedades mais antigas, ou mais "primitivas" (ELIAS, 1994, p.23).

A ênfase dedicada ao higienismo na pesquisa que deu origem a esse artigo foi inevitável, uma vez que a medicina assumiu, à época, importante papel em relação ao pensamento sobre a cidade. Os médicos saíram de seus laboratórios, hospitais e universidades

na tentativa de curar o grande doente do momento: a cidade. Esta passou a ser tratada, em uma analogia com a forma humana, como um organismo canceroso; e os remédios propostos eram quase sempre os mesmos: ventilação, iluminação e limpeza. O pensamento higienista se transformou em justificativa para qualquer ação demolidora, com uma soberania e neutralidade técnica indiscutíveis.

Assim a ação violenta de destruir, desabrigar, cortar, deslocar, transforma-se em conceito positivo de destruição do mal e de seu veículo, a doença, que encarna as noções de obscuro, velho, feio, fechado, estreito, tortuoso, malcheiroso, impenetrável, sujo, sórdido, pobre, imoral. (CHIAVARI, 1985, p.571)

Esses adjetivos negativos apareceram de maneira recorrente ao longo do século XIX como justificativa das diversas ações que buscaram afastar o Rio de Janeiro das suas raízes coloniais, no esforço de transmitir a imagem de uma cidade, civilizada, grandiosa, espetacular e higiênica.

O embrião do higienismo na sede da coroa

Imediatamente após à passagem da cidade à posição de capital do reino através da mudança da corte real portuguesa para o Rio de Janeiro, nenhuma transformação física significativa foi gerada, apesar das importantes mudanças de caráter político, econômico e social, principalmente através da inserção da nobreza portuguesa e do aparato burocrático que a ela estava vinculado.

No entanto, Silva (2012) ressalta que três medidas de impacto devem ser destacadas, medidas essas que foram colocadas em prática logo na chegada da família real, quando uma nova forma de organização começava a articular conhecimento e atuação sobre o espaço urbano. Foram elas: criação da Intendência Geral da Polícia, o diagnóstico médico e o mapa oficial, o qual tinha como objetivo registrar a situação da cidade e servir de instrumento para planejar as mudanças necessárias à nova sede da corte, articulando o projeto civilizatório ao território.

O diagnóstico foi produzido, ainda em 1808, pelo médico Manuel Vieira da Silva, físico-mor¹ do reino, encarregado por D. João de investigar as causas da insalubridade da cidade. O fato de ter sido encomendado pelo príncipe e publicado na imprensa transformaria o estudo em orientação oficial. Os objetivos de D. João eram criar uma cultura de discussão na

¹ Físico era o termo utilizado para designar médico. Físico-mor é um remoto antecessor do Ministro da Saúde (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008).

cidade e divulgar um documento que fosse visto como inquestionável. No entanto, policiar e controlar também eram objetivos que estavam nas entrelinhas desse diagnóstico.

Os médicos eram interlocutores privilegiados para falar dos problemas da estrutura urbana, principalmente por articular a saúde e doença da população ao meio geográfico. Essa associação permitiria que mais tarde o higienismo se tornasse um potente discurso para pensar a cidade (SILVA, 2012).

Manoel Vieira da Silva, formado em Coimbra, ocupava o maior cargo da hierarquia médica na época da chegada da corte real. Através de publicação na *Impressão Régia*² intitulada *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducente para melhorar o clima na cidade do Rio de Janeiro*, analisou diferentes elementos que, no seu ponto de vista, contribuía para agravar as moléstias na cidade. Entendia também que cabia aos médicos diagnosticar as causas e contribuir para solucionar-las, já que as leis até então existentes mostravam-se ineficientes devido à distância metrópole - colônia.

A medicina praticada no Rio de Janeiro no século XIX pode ser associada com o que Foucault (1990) chama de medicina urbana, desenvolvida na França em fins do século XVIII, que seria uma vertente da medicina social, com suporte na urbanização³. O autor afirma que o poder político da medicina urbana está em "distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um (...)" (FOUCAULT, 1990, p.51), fixando a sociedade em um espaço dividido e inspecionado, controlado permanentemente.

Os três grandes objetivos dessa prática seriam: analisar as regiões de amontoamento e acúmulo de tudo que pode provocar doença, ou formar e difundir epidemias no espaço urbano, principalmente cemitérios; controlar e estabelecer a boa circulação da água e do ar - acreditava-se que o ar tinha influência direta sobre o organismo, daí a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, organizando corredores de ar e de água, para manter o bom estado de saúde da população; e finalmente organizar a distribuição dos diferentes elementos necessários à vida comum, evitando que fontes estejam próximas águas de esgotos, por exemplo.

² O decreto real de 13 de maio de 1808 determinava que sua principal função era "atender a necessidade de divulgar as medidas do governo instalado no Rio de Janeiro, como atos legislativos e papeis diplomáticos, originários de toda e qualquer repartição do serviço real. O decreto previa ainda a impressão de todas e quaisquer obras e, sobretudo, aquelas que ajudassem a divulgar a imagem da própria monarquia, na ausência de outra impressão" (NEVES, L M B & GARCIA, L M C 2008, 'Impressão Régia', in: VAINFAS, R & NEVES, L B P (org.). *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Rio de Janeiro, Objetiva.)

³ Nessa mesma publicação, Foucault apresenta três etapas da formação da medicina social: a medicina de Estado, que se desenvolveu sobretudo na Alemanha, a medicina da força de trabalho, desenvolvida na Inglaterra e a medicina urbana, desenvolvida na França, que foi fonte de análise nessa pesquisa. Sobre isso ver: FOUCAULT, M 1990, 'O nascimento da medicina social', in: *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal.

De acordo com Foucault, a medicina urbana não é uma medicina dos homens, mas sim das coisas: ar, água, decomposição, uma medicina das condições de vida e do meio de existência - "a medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo." (FOUCAULT, 1990, p.53); afirma ainda que, com ela, apareceu a noção de salubridade, que não é a mesma coisa que saúde, mas o estado das coisas, do meio, que permite a melhor saúde possível.

A partir de sua própria observação, Manoel Vieira da Silva listou as principais causas da insalubridade na cidade do Rio de Janeiro, propondo para elas as melhores e menos custosas soluções, as quais reproduziam claramente os princípios da medicina urbana. Iniciou suas *Reflexões* analisando a geografia da cidade, afirmando que, por estar assentada sobre uma planície rodeada de montanhas, a circulação de ar seria dificultada provocando o calor atmosférico. Esse calor seria responsável pela elevação da água para seu estado de vapor, tornando a atmosfera quente e úmida. Para o físico-mor, seguindo os princípios da medicina urbana, tal combinação "ataca o sólido vivo". Discorrendo amplamente sobre o Morro do Castelo, segundo ele o principal obstáculo para a saudável circulação de ar, e a necessidade de demoli-lo, recomendou que a cidade "deveria crescer na sua longitude por todos os lugares eminentes da borda de mar, e não na sua latitude" (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008, p.72).

Segundo ele, as águas estagnadas se configuravam como uma das principais causas da insalubridade; os pântanos abrigariam substâncias animais e vegetais em decomposição, originando gases pestíferos. Recomendou como solução aterrar todas as regiões pantanosas e encanar as águas para seu despejo. A largura e direção das ruas também devem ser corrigidas de modo a extinguir as ameaças.

Os enterros nas igrejas, costume típicos daquela sociedade, eram reprovados pelas sociedades iluminadas, devendo ser assim extintos. O calor e a pouca largura das ruas pioravam ainda mais sua putrefação. O cemitério da Misericórdia, um dos principais vilões da medicina urbana, deveria ser ampliado de modo a receber os cadáveres.

De acordo com o médico, o comércio de escravos era o principal responsável pela entrada de uma série de doenças no Rio de Janeiro. Buscou mostrar a necessidade de se construir um lazareto - edifício para quarentena - onde desembarcassem os negros que chegassem em mal estado de saúde, e lá permanecessem antes de entrar em contato com o restante da população.

Ainda sobre os negros, ressaltava que, se os escravos fossem mais caros, menos pessoas viveriam unicamente do trabalho deles, entregando-se menos à ociosidade, "que deve ser considerada a mais carinhosa mãe dos vícios." (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008, pg.77). Segundo Debret, autor da imagem a seguir (Figura 1) que reproduz uma cena de venda com negros esqueléticos, "essa sala de venda (...), está infectada pelos miasmas de óleo rícino que se exalam dos poros enrugados desses esqueletos ambulantes, cujo olhar furioso, tímido, ou triste lembra uma *ménagerie*⁴." (DEBRET, 1975, p.229).



Figura 1: Sala de venda de escravos da Rua do Valongo, por Debret.

Fonte: DEBRET, 1975, p. 230.

Além da preocupação com a manipulação dos gêneros alimentícios e a localização dos matadouros, ressaltava a importância da medicina ser praticada exclusivamente por profissionais qualificados, condenando a ação de curandeiros, boticários e a falta de bons medicamentos.

O médico Moacyr Scliar, na introdução do texto de Manoel Vieira da Silva, faz interessante observação atentando para o fato de que é significativo que a obra tenha em primeira vista a saúde pública, não a medicina individual. Essa prioridade está de acordo com a afirmação de Foucault de que a medicina urbana não é dos homens, mas sim das coisas, é uma medicina das condições de vida. Moacyr afirma ainda que, apesar das limitações científicas da época, seu diagnóstico é uma mistura de equívocos com medidas acertadas (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008, p.22).

⁴ Exposição de animais; zoológico (tradução pessoal).

Apenas cinco anos depois, em 1813, foi publicada no periódico O Patriota, a Ata de Vereança de 1798, que se utilizava dos mesmos argumentos das *Reflexões* para tratar dos problemas de higiene e urbanização, mostrando que a medicina urbana já começara a ser introduzida no pensar a cidade antes mesmo da chegada da família real. Na ocasião da confecção da Ata, 15 anos antes de sua publicação, a vereança fez uma série de perguntas a três médicos, relacionando o clima e a geografia da cidade às moléstias que atacavam a população. As sete questões no entanto não eram neutras, os vereadores induziam a respostas que destacavam a geografia como a principal causa das doenças na cidade.

Entre as principais causas destacadas pelos médicos figuravam umidade, calor, dificuldade de escoamento das águas, falta de circulação dos ventos, a arquitetura das residências que, segundo eles, tinham frentes muito pequenas e baixo pé direito, o que dificultaria que o ar circulasse e os raios de sol penetrassem dentro das mesmas. Os morros e o desenho de algumas ruas também eram considerados vilões para salubridade da cidade, assim como a falta de higiene com as águas sujas e com os cadáveres dentro das igrejas. Apesar disso defendiam que a ideia de salubridade estava relacionada mais com a forma de organização da cidade do que com as condições naturais propriamente ditas, já que doenças eram encontradas em todos os lugares.

A partir desses diagnósticos observamos que, desde o final do século XVIII, começava a ser implantado na sociedade o embrião de um discurso da higienização, que associava a insalubridade da cidade do Rio de Janeiro a questões morais, sociais e de civilidade, ganhando força após a chegada da família real.

A difusão da civilização através da Intendência Geral da Polícia

A principal instituição responsável por difundir e colocar em prática os primeiros princípios de civilização no Rio de Janeiro foi a Intendência Geral de Polícia, tanto no que diz respeito à cidade quanto à sociedade. Criada através de alvará em 5 de abril de 1808, a instituição teve como modelo e inspiração a Intendência de Lisboa⁵ e, entre suas múltiplas funções, tinha o objetivo de controlar a ordem, administrar as obras públicas e organizar as tropas da corte.

O Intendente Paulo Fernandes Viana era o administrador da cidade⁶; ocupando o cargo até 1821, ano em que foi demitido e faleceu. Era responsável, entre outras coisas, pelas

⁵ Alvará de 25 de Junho de 1760.

⁶ Segundo GOMES (2007), sua função era equivalente ao que seria hoje uma mistura de Prefeito com secretário de Segurança Pública.

obras públicas, abastecimento de água, iluminação e segurança, e ainda pela disciplinarização da vida dos moradores, com o objetivo de manter a ordem social e o bem comum⁷. Aliando ações de natureza administrativa e repressiva, além das ações sobre o espaço urbano, tinha como preocupação reprimir a desordem, coibir o trânsito de novas ideias e pessoas consideradas nocivas ao regime. A organização das festas públicas também era sua atribuição, como o casamento da princesa D. Maria Tereza e a aclamação de D. João VI.

Segundo Barra (2008), a Intendência, ao lado de outras instituições como a Biblioteca Pública, o Horto Real, o Teatro São João e a Imprensa Régia, atuava diretamente na civilidade dos habitantes, desempenhando importante papel na difusão da civilização. Esses espaços de sociabilidade trazidos com a corte portuguesa impunham novos padrões de comportamento público e privado, alinhados com a nobreza e com o padrão europeu de civilização, condenando antigos hábitos e costumes provenientes do período colonial.

No que diz respeito às melhorias urbanas, Paulo Fernandes Viana salienta, em relatório produzido ao deixar o cargo em 1821, que foram suas atribuições aterrar pântanos, tornando a cidade mais sadia e construir calçadas, contribuindo para o trânsito e para a saúde pública. Foi o responsável pela construção do Cais do Valongo, levou água até o Campo de Santana, onde foi construído um chafariz com 10 bicas, criou e distribuiu iluminação na cidade, não só nas ruas, mas também praças. Construiu grande quantidade de pontes e efetuou melhoramentos, principalmente na Cidade Nova e implantou estradas e pontes para acesso a outras cidades da região.

Todas essas transformações no espaço urbano eram a expressão material do processo civilizador que se instaurava no início dos Oitocentos, no qual o Rio de Janeiro era centro difusor para o restante do Império português na América, era a centralidade do império sendo pensada fora do território europeu. A ação direta sobre o meio, grande causador da insalubridade, tinha destaque no esforço de transmitir a imagem de uma cidade civilizada, dissecando pântanos, organizando e limpando o espaço urbano, permitindo a plena circulação do ar e das águas, diluindo aglomerações.

De acordo com ABREU (2008b), não é de se estranhar que a Intendência tenha sido o órgão escolhido pelo governo português para pensar a cidade imediatamente após sua transferência. O autor afirma que a incerteza quanto ao tempo de permanência da corte no Rio de Janeiro aliada a pouca importância atribuída ao pensamento médico naquela época, fizeram

⁷ A ampla e ilimitada jurisdição que o Intendente tinha sobre alguns órgãos, desencadeou conflitos com alguns membros da elite dirigente e principalmente com o Senado da Câmara, instituição com a qual as disputas foram mais acirradas. Boa parte das atribuições da Câmara esbarrava com as do Intendente, principalmente as que diziam respeito ao cotidiano, a urbanização, como construção de pontes, aterros, abastecimento da cidade entre outros.

com que as ações sobre a cidade fossem principalmente de cunho militar, valorizando a construção de infraestruturas e soluções que pudessem ser obtidas a curto prazo. As atribuições da Intendência deram lugar a intervenções variadas sobre o espaço, a economia urbana e a sociedade, que incluíam uma vigilância constante sobre o modo de vida da população, principalmente os escravos.

Policiar era a palavra de ordem; é importante destacar, no entanto, que seu significado na época é diferente do que compreendemos no mundo contemporâneo. A polícia de então não tinha a função de resguardar a propriedade, as liberdades individuais e o Estado, conforme se concebe a partir dos modelos contemporâneos de controle social e segurança pública. Ela se encontrava muito mais associada à ampla noção de justiça do soberano, entendida como a manutenção da ordem social e do bem comum, assegurando a tranquilidade pública através de rondas e patrulhamentos. Policiar era dar polimento ao comportamento dos habitantes, aproximando-os do que então era considerado civilização.

Ficavam ao seu encargo todos os crimes e insultos que chegassem ao conhecimento dos juizes e corregedores dos crimes dos bairros, o controle dos costumes da população, o registro das entradas e saídas dos bairros pela anotação das mudanças de endereço e a regulamentação das migrações de nacionais e estrangeiros, por meio da inspeção das estalagens e controle dos passaportes.

Uma das primeiras tarefas do intendente na missão de controlar e ordenar a cidade do Rio de Janeiro foi, através de edital do dia 11 de junho de 1809, a supressão e substituição das rótulas⁸ de madeira nas janelas das casas.

Entretanto, bastante adequadas ao clima dos trópicos, já que permitiam a ventilação das casas impedindo que o interior ficasse devassado, as rótulas não foram abolidas imediatamente, pois o vidro seria um produto caro e raro na colônia. Naquela época, janelas com caixilhos de vidro eram consideradas um luxo no Rio de Janeiro. A iconografia de Debret retratando residências na rua da Ajuda ainda com esse elemento (Figura 2) reforça essa teoria, já que foi produzida entre os anos de 1816 e 1831.

⁸ As rótulas, também chamadas de gelosias, eram estruturas de treliça de madeira existentes nas janelas e portas das edificações tipicamente coloniais.

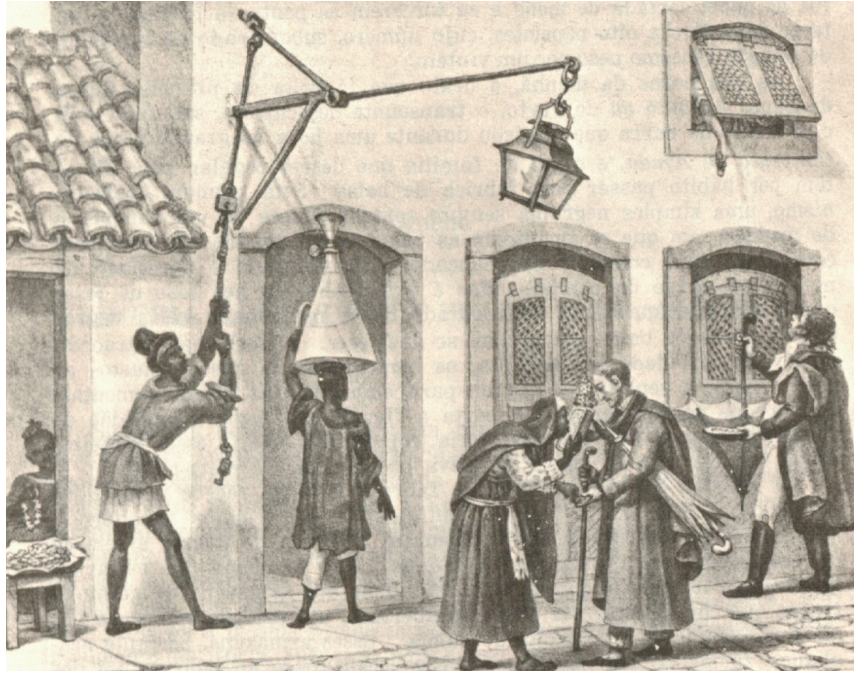


Figura 2: Ilustração do cotidiano carioca na rua da Ajuda por Debret, ao fundo residência com rótulas nas janelas.

Fonte: DEBRET, 1981, p. 153.

A escravidão, que fazia parte da rotina da colônia há quase três séculos, era também um dos principais focos de atenção do intendente. Segundo Schultz (2008), mais do que a arquitetura e os costumes, essa era a diferença mais marcante entre a velha e a nova corte.

Até a transferência da família real, a escravidão era uma prática exclusivamente colonial. A partir de 1808 a corte passou a conviver com uma população majoritariamente escrava. No entanto, o medo do impacto imaginado da abolição imediata na sociedade e economia brasileiras - vadiagem disseminada e fim da agricultura de exportação - levaram a elite a permitir a expansão do uso da mão de obra escrava, resultando em abordagens profundamente contraditórias, já que "ao mesmo tempo que buscavam erradicar as 'indecências' coloniais, os funcionários também mantiveram uma instituição colonial preeminente: a escravidão africana" (SCHULTZ, 2008, p.194). Aumentando essa contradição, com a chegada da corte e o incremento das relações comerciais da colônia, o tráfico cresceu de forma exponencial.

As ruas, praças e chafarizes eram seu espaço de sociabilidade por excelência. Segundo Barra (2008), essa parte da população estava intocada pelo processo civilizador deflagrado pela instalação da corte no Rio de Janeiro. Para a população branca, "sua concentração e circulação deviam gerar apreensões, pelo seu potencial de desordem. O

controle de circulação, na ausência de senhores feitores, era feito pela Guarda Real de Polícia." (Barra, 2008, p.225).

Através da análise da documentação produzida pela intendência durante o período joanino, pode-se afirmar que o crescimento da população negra, escrava ou liberta, recebeu atenção especial por parte da polícia. O temor de insurreições e o medo de atos violentos por parte dos escravos foram comuns em durante todo o período de escravidão. A mesma documentação mostra um grande número de desordens provocadas por negros, escravos ou forros. Registros de fugas, provocações de arruaças por bandos de capoeiras, embriaguez, brigas, porte de armas como facas e comportamentos suspeitos eram as principais causa de prisões, deixando claro que a principal preocupação da polícia era com o grande contingente de negros que circulavam pelo espaço público da cidade (ALGRANTI, 2008).

Os chafarizes, espaço frequentado quase exclusivamente por essa população, mereciam especial atenção da Guarda da Polícia. Negros aguadeiros eram uma fonte potencial de desordem, por isso eram frequentes os pedidos do intendente para que se reforçassem as guardas nos diversos chafarizes da cidade, visando a prevenção de desordens costumeiras.

Essa situação é retratada na Figura 3, que mostra a dinâmica de sociabilidade no chafariz no Largo do Paço, mas não sem a presença de um guarda ao lado, policiando (no canto direito da imagem). A repressão à capoeira também foi uma preocupação, quando negros, escravos ou não, poderiam ser presos somente por apresentar sinais que os vinculassem a essa prática, como assobiar nas ruas. A ordem era enviar para o Calabouço⁹ e ali aplicar o castigo de açoites, mesmo que o escravo não tivesse sido preso em flagrante por prática de capoeira; bastava ser denunciado.

⁹ Uma vez no calabouço, os negros poderiam ser utilizados para serviços e obras públicas, devido a falta de mão de obra. Segundo ALGRANTI, eles poderiam até ser mantidos nas cadeias além do tempo necessário para este fim. (ALGRANTI, 2008, p.233)



Figura 3: Os refrescos da tarde no largo do Palácio, por Debret.
Fonte: DEBRET, 1975, p. 181.

A prática da intendência se baseava, portanto, no crime em potencial; não que o indivíduo *faz*, mas o que ele *pode fazer*. Antes mesmo de perturbar a ordem social, antes de cometer qualquer infração, já era crime ficar fora de horas. A vigilância permanente era o instrumento para controlar e disciplinar os negros em seus espaços de sociabilidade.

Paulo Fernandes Viana defendia o fim da escravidão; não por ser abolicionista, mas sim por acreditar que o branqueamento da população e uso de mão de obra mais especializada engrandeceria o Brasil e sua monarquia. Apesar do seu discurso, seu objetivo não era livrar os escravos de sua condição desumana, mas sim prevenir a sociedade de possíveis revoltas e rebeliões. Enquanto não fosse possível o fim da escravidão, propunha que fosse cobrada uma taxa para sua importação, incentivando a sua diminuição e ao mesmo tempo gerando lucros para o Tesouro Real. Em seu relatório revela que foi um projeto seu, custeado pela intendência, trazer casais das Ilhas dos Açores para aumentar a população branca.

De fato o branqueamento da população era considerado um instrumento civilizador, como mostra o periódico *Correio Braziliense* em 1810:

(...) há outra [vantagem] indireta na **introdução destes estrangeiros**, e vem ser o **melhoramento físico da espécie**, pelos casamentos de pessoas de diferentes países, e constituições; e o **melhoramento moral**, que a comunicação das diferentes nações umas com outras sempre traz consigo, e de que o Brasil deve muito necessitar, porque se acha, há três séculos, como

em prisão de segredo; privado inteiramente do **benefício da civilização**, que os homens derivam da comunicação de uns com os outros (Correio Braziliense, 1810, ed. 6, p.238, grifo nosso).

A Intendência Geral de Polícia foi, portanto, uma instituição cujo objetivo era colocar em prática as principais premissas de europeização da sociedade colonial, de maneira ampla e global; não só no sentido de ordenar, disciplinar e controlar - com especial preocupação com as classes baixas - mas também embelezar e higienizar. Os investimentos na melhoria da infraestrutura da cidade, serviriam como outros mecanismos físicos de civilização, alterando a aparência da cidade e exemplificando os benefícios advindos da sua condição de Corte e capital do Império.

Apesar da atuação da Intendência Geral da Polícia, pouco do que foi pensado como intenção no período de permanência de D. João VI no Brasil se concretizou no espaço urbano como intervenção no império. Sua importância como inspiração para futuros planos durante o século XIX, produção de ideias e discussões acerca da do urbano é, no entanto, seu aspecto mais relevante. Os médicos foram, durante muitas décadas, os encarregados de interpretar os problemas urbanos, mapeando e interferindo diretamente no modo de vida dos habitantes da cidade ao longo do século XIX.

Os desdobramentos ao longo do século XIX e início do XX

O período de tempo entre as décadas de 1820 e 1850 pode ser considerado uma época de fortalecimento do pensamento higienista que, chegando ao Brasil em 1808, vai ser perpetuar durante todo o século XIX, comandando as ações, intenções e intervenções na materialidade da cidade. A medicina urbana e a noção de salubridade foram institucionalizadas e utilizadas ainda mais como discurso para a busca da ordem urbana, caracterizando as enfermidades como um produto social, moldando o pensamento sobre a cidade.

Propostas do início dos Oitocentos foram recuperadas nos planos elaborados naquele século: o Relatório Beaurepaire em 1843 e os Relatórios da Comissão de Melhoramentos em 1875/76, como a periferização de usos sujos - a exemplo da transferência do matadouro -, abolição das sepulturas nas igrejas, arrasamento do morro do Castelo, finalização da drenagem do mangue de São Diogo, abertura de grandes eixos viários e arborização.

De uma maneira geral, os dois planos têm como eixos estruturadores questões de saúde pública, circulação e embelezamento, apesar da defasagem de décadas, adaptando-se às necessidades do cenário nas diferentes épocas. Ideias como a canalização no mangue e construção de larga avenida acompanhando seu traçado; condenação e conseqüente desmonte de morros; melhoramentos no porto, abertura, alargamento e pavimentação de vias; promoção de arborização de ruas e praças, grandes eixos monumentais e canalização de rios, são ideias recorrentes, exemplos da permanências de princípios que, trazidos com a transferência da família real, foram amadurecidos e adaptados. Alguns deles foram colocados em prática no início do século XX, o "bota-abaixo", promovido pelo então presidente Rodrigues Alves e o prefeito Francisco Pereira Passos.

Através da recuperação do discurso higienista, a grande reforma urbana promoveu a abertura e alargamento de uma série de eixos monumentais, que transformariam a imagem do Rio de Janeiro. O grande marco é a Av. Central, que "rasgou" de mar a mar a cidade velha, ligando a Praça Mauá à Av. Beira Mar em 1.800 metros de extensão, 33 metros de largura, cortando 21 ruas, travessas, dois morros¹⁰ e demolindo cerca de 702¹¹ edificações, com 1.800 metros de comprimento e 33 metros de largura, demolindo cerca de 700 edificações, entre elas cortiços e outras habitações das classes populares. A canalização do mangue na Cidade Nova (mangue de São Diogo) em conjunto com a construção de uma larga avenida, é finalmente concretizada.

As principais propostas do projeto colocado em prática recuperam o pensar a cidade que se desenvolveu ao longo dos Oitocentos, apesar da então recém proclamada república e seus princípios modernizadores, das inovações tecnológicas, dos novos agentes e interesses que atuavam na dinâmica urbana.

Mais do que isso, o discurso formulado e fortalecido no século XIX, que defende a higiene e rejeição das heranças coloniais como solução para o alcance da civilização avançada, resultando na "evolução da sociedade, foi recuperado e apropriado no início do século XX para legitimar suas propostas. A abertura de largas e extensas avenidas nas áreas mais degradadas e mais vulneráveis da cidade viabilizou a "limpeza" não só da urbe carioca, mas também da população; excluiu e afastou a população pobre trabalhadora da valorizada e remodelada área central.

¹⁰ Parte dos morros de São Bento e do Castelo foram demolidos para viabilizar a abertura da Av. Central.

¹¹ As informações a respeito do número de demolições e desapropriações são desconhecidas. Esse valor foi calculado através da soma das desapropriações que constam nos Relatórios Anuais do Ministério da Indústria, Viação e Transportes entre os anos de 1903 e 1907 (SMU/IPP, 2008). Benchimol apresenta, entretanto, outros três cálculos de diferentes fontes. Ver mais em BENCHIMOL, 1992, p. 229.

Outras propostas que nasceram no século XIX, como a derrubada do Morro do Castelo e do Morro de Santo Antonio, só foram colocadas em prática algumas décadas depois, em 1921 e 1950, respectivamente, o que mostra por quanto tempo as ideias difundidas naquele século permaneceram vivas e o quão importante foi sua influência.



Figura 4: Construção da Av. Central, por Augusto Malta.

Fonte: ERMANKOFF, G 2009, *Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903-1936*, 2ª ed, Rio de Janeiro, G. Ermankoff Casa Editorial, p.55.



Figura 5: Av. Central em 1905, recém inaugurada, por Augusto Malta.

Fonte: ERMANKOFF, G 2009, *Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903-1936*, 2ª ed, Rio de Janeiro, G. Ermankoff Casa Editorial, p.55.



Figura 6: Demolição da igreja e observatório do Morro do Castelo, 1922, por Augusto Malta.
Fonte: ERMANKOFF, G 2009, *Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903-1936*, 2ª ed, Rio de Janeiro, G. Ermankoff Casa Editorial, p 145.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M de A 2008a, *A Evolução Urbana no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IPP.
- ABREU, M de A 2008b, 'Pensando a cidade no Brasil do passado', in: Castro I E, Corrêa, R L & Gomes, P C C (org.), *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- ALGRANTI, L M 2008, 'Intendência Geral da Polícia', in: VAINFAS, R & NEVES, L B P (org.), *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*, Rio de Janeiro, Objetiva.
- BARRA, S H S 2008, *Entre a Corte e a Cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- BENCHIMOL, J L 1992, *Pereira Passos um Haussmann tropical, transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no século XX*, Rio de Janeiro, SMCTE/DGDIC.
- CHIAVARI, M P 1985, 'As transformações urbanas do século XIX', in: DEL BRENNIA, G R (org.), *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*, Rio de Janeiro, Index.
- CHOAY, F 2000, *O Urbanismo*, 5ª ed., São Paulo, Editora Perspectiva.
- DEBRET, J B 1975, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, vol 1, São Paulo, Martins.
- ELIAS, N 1994, *O processo civilizador*, vol 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- FOUCAULT, M 1990, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal.
- GOMES, L 2007, *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, São Paulo, Editora Planeta do Brasil.
- PICON, A et al 2001, *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitanismo e Transferência de Modelos*, SALGUEIRO, H A (org), São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 2008, *A saúde pública no Rio de Dom João*, Rio de Janeiro, Senac Editora Rio.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO/IPP 2008, *Planos Urbanos: Rio de Janeiro, O século XIX*, RABHA, N M C E (coord.), Rio de Janeiro, IPP.
- SCHULTZ, K 2008, *Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-182*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SILVA, L 2012, *Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro 1778/1878: estado, administração e práticas de poder*, Rio de Janeiro, E-papers.
- VIANA, P F 1892, *Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Policia*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 55, parte I, p. 373-380.